



INFORME INFRA-ESTRUTURA FINAME BNDESPAR

ÁREA DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

OUTUBRO/99

Nº 32

FOTOGRAFIA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NO SETOR SANEAMENTO (Jun/99)

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Art. 175, "incumbe ao Poder Público na forma de lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos". De há muito o setor de saneamento se utiliza da prestação de serviço via concessão. Na década de 70, quando se estabeleceu que o hoje extinto BNH repassasse apenas para estados os recursos do PLANASA – Plano Nacional de Saneamento – vários municípios, na impossibilidade de prestar o serviço diretamente, firmaram contratos de concessão com os estados. Surgiram então as companhias estaduais de saneamento básico – CESBs.

Alguns municípios (na época cerca de 1.200 de um total de 3.971) não concederam os serviços aos estados, mantendo-se autônomos. Atualmente somam cerca de 1700. Tanto no caso das concessionárias estaduais, como no de municípios autônomos, os prestadores de serviço eram entes públicos. A discussão sobre a concessão de serviços de saneamento ao setor privado veio a se iniciar na década de 90, quando foram promulgadas duas leis regulamentando o Art. 175 da CF relativas à concessão de serviços públicos. A Lei 8987, de fevereiro/95, dispõe sobre o regime de concessão e permissão enquanto a Lei 9074/95 estabelece as normas para este regime – esta, inclusive, menciona o setor de saneamento básico (Art. 2º, Cap. I)¹.

Decorridos quatro anos da promulgação das referidas leis, ainda são relativamente poucas as concessões à iniciativa privada no Brasil. Até o momento, esta participação vem ocorrendo principalmente através de algumas concessões de municípios autônomos (são poucas as permissões, e apenas duas participações acionárias em empresas estaduais – SANEPAR/PR e SANEATINS/TO).

Esse informe quantificará e comentará o andamento da participação privada no setor,

considerando também o início dos processos de desestatização das CESBs², bem como apresentará uma possível forma de acelerar os investimentos privados: o anteprojeto de lei complementar, relativo à titularidade, atualmente em fase de elaboração.

CONCESSÕES PRIVADAS

Até junho/99 tinham sido realizadas 28 licitações para concessão de serviços de saneamento (ver Anexo), contemplando ao todo 32 municípios. Isto porque duas concessões abrangem 8 municípios consorciados (Região dos Lagos no Rio de Janeiro) e as outras 26 contemplam 24 municípios isolados (Ouriinhos e Jaú contrataram duas concessões cada um: uma para água e outra para esgoto).

Após a edição das Leis nº 8987/95 e nº 9074/95, iniciou-se um movimento de outorga de novas concessões ao setor privado: de uma em 1994 (concessionária NOVACON no município de Pereiras) e cinco em 1995, chegou a atingir nove novas concessões municipais no ano de 1996, voltando a decair a partir de então para seis em 1997, quatro em 1998 e três em 1999.

As concessões privadas concentram-se no Estado de São Paulo com 17 municípios e no Rio de Janeiro com 13 municípios (7 concessões). Além dessas, houve mais quatro concessões municipais dos seguintes estados: Paraná, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso do Sul.

Concessões Plenas³

Até junho de 1999 foram realizadas 16 concessões plenas, por 22 municípios, abrangendo aproximadamente 2,3 milhões de pessoas. Deve-se ressaltar, contudo, que em 2 municípios, com população total de 800 mil habitantes, as concessões ainda não foram implementadas: Niterói/RJ e Campos/RJ. Vale observar que tanto há contratos de concessões

¹Entre outras providências determina a necessidade de lei estadual que autorize e fixe os termos para execução de obras e serviços públicos, com exceção de saneamento básico e limpeza urbana, que não necessitam de lei autorizativa.

²Atualmente existem quatro processos em andamento: CESAN (Espírito Santo), EMBA-SA (Bahia) e COMPESA (Pernambuco), que contam com o apoio do BNDES; bem como o processo de reestruturação e desestatização da COSAMA (Amazonas).

³Nos contratos de concessão plena a empresa privada tem responsabilidade geral sobre a operação, manutenção, administração e investimentos de capital para expansão dos serviços de saneamento básico (água e esgoto) e é paga diretamente pelos consumidores.

com municípios de população inferior a 10 mil habitantes (3) quanto com municípios de população superior a 200 mil habitantes (5).

Em geral, as concessões plenas têm apresentado resultados positivos na gestão dos sistemas, verificados na melhora da qualidade dos serviços, na ampliação do atendimento e no aumento da eficiência, em que pese virem enfrentando também problemas, principalmente nos aspectos de regulação tarifária, processo regulatório, inexistência de arbitragem, etc.

Alguns exemplos bem sucedidos de concessões são apresentados em box (página 3). O caso da Região dos Lagos merece referência, por envolver duas concessões sob a forma de consórcio de municípios e por tratar-se de uma negociação bem sucedida entre municípios, e entre estes e o Estado, apesar da total ausência de um marco regulatório à época.

CONCESSÕES PARCIAIS PRECEDIDAS DE OBRAS PÚBLICAS DO TIPO BOT (BUILD, OPERATE, TRANSFER)

Nesse tipo de concessão uma empresa não administra o sistema já existente, mas constrói uma nova instalação específica – por exemplo, uma planta de tratamento de água ou esgoto – responsabilizando-se pela administração desta nova instalação e auferindo as receitas relativas àquele serviço. Os ativos operacionais são de propriedade do poder concedente que, ao final do período de concessão licita novamente os serviços ou passa a operar diretamente.

Existem 12 concessões desse tipo, sendo 5 para produção e tratamento de água e 7 para esgoto. Ainda não entraram em operação algumas concessões como as dos municípios de Salto, Ribeirão Preto e Ourinhos (esgoto).

Cabe ressaltar que o grande entrave às concessões parciais está na dependência para com o setor público, que mantém todo o processo de gestão dos sistemas de distribuição e coleta, cabendo ao setor privado apenas ações pontuais, sem no entanto contribuir para a melhoria da eficiência dos sistemas e da gestão dos serviços.

OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO

Tem-se ainda conhecimento de sete permissões, todas em municípios com populações

até 10 mil habitantes, em São Paulo e Mato Grosso, além de um contrato de gestão em Rondonópolis/MT (138 mil habitantes em 1995). Tendo em vista a premência de investimentos e a impossibilidade de realizá-los, com os recursos disponíveis pelas empresas atualmente existentes, o próprio mercado vai em busca de formas alternativas. O caso da COAMBIENTAL, em Ubatuba (SP) é um exemplo (vide box página 3).

DESESTATIZAÇÃO DAS COMPANHIAS ESTADUAIS – AS CESBs

A desestatização do setor de saneamento apresenta características essencialmente distintas dos processos empreendidos com o setor industrial. No setor de saneamento a participação do estado é fundamental: não é possível liberá-lo de tratar deste setor de atividades, que exigirá sua presença necessariamente, seja na fiscalização e regulação dos serviços ou diretamente na sua prestação, já que não se supõe a desestatização de todos os sistemas. Não se trata, portanto, da retirada do poder público de um setor produtivo para que ele, o poder público, venha a exercer o seu papel, porque o saneamento já é um setor ligado a questões que são próprias do papel do estado (sociais, de saúde, meio-ambientais etc). Trata-se de uma atuação no mesmo papel que já vinha sendo cumprido (ou que muitas vezes não se conseguia cumprir) de garantir os serviços à população, só que não mais exclusivamente prestando o serviço, e sim regulando e fiscalizando um ente privado que, por sua capacidade de alavancar recursos, preste os serviços acordados. Será exigido um desempenho do prestador de serviços privado quando da licitação para sua escolha: o edital de licitação deverá conter as metas e indicadores de qualidade da prestação dos serviços que também constarão do contrato com o futuro concessionário – o licitante vencedor.

Assim, a desestatização do setor de saneamento básico não deve priorizar a arrecadação de recursos para o Tesouro, sob a justificativa de que possibilitará aplicações em setores sociais, até porque o saneamento já tem considerável âmbito social. A prioridade não reside no valor de venda das ações da companhia no leilão, mas na maximização dos investimentos futuros, inclusive como forma de atração e definição da participação dos Municípios no processo.

Mairinque/SP

À época da concessão, estimava-se que 92% da população era atendida com ligações de água e 74,6% da população com coleta de esgotos. Apesar do alto índice de atendimento de água, o abastecimento era irregular, com racionamento sistemático atingindo praticamente quase toda a população atendida.

O sistema de produção e de distribuição encontrava-se em situação de colapso, verificando-se a falta de manutenção do sistema operacional. Parte do sistema de distribuição era hidrometrada, porém sem confiabilidade por falta de manutenção e aferição, o que resultava na baixa eficiência da micromedição. O sistema comercial não possuía cadastros atualizados, apresentando, ainda, grandes atrasos no atendimento a novas ligações.

Após um ano de operação, 50% da população passou a ter abastecimento contínuo e outros 50% possuem abastecimento racionalizado com intervalos entre 6 e 12 horas, situação essa que deverá atingir 80% de abastecimento contínuo em breve, com a conclusão da reforma e melhoria da estação de tratamento de água e das estações elevatórias. Sob o aspecto operacional, verifica-se uma melhoria do índice de perdas, passando de 70% (estimado) para 42%, bem como do índice de hidrometração que passou de 7% para 95%. O reflexo dessas melhorias está no desempenho financeiro apresentado pela concessionária, com incremento da ordem de 300% na receita operacional bruta e de 230% na arrecadação.

Petrópolis/RJ

A operação foi efetuada na forma de subconcessão de serviços, pelo prazo de 30 anos. O contrato foi firmado entre a Cia. de Águas e Esgotos do Município de Petrópolis – CAEMPE e a sub-concessionária Águas do Imperador S.A. em janeiro de 1998.

O abastecimento de água da cidade originava-se de 10 sistemas e de algumas captações menores. Havia problemas de intermitência e qualidade da água e o nível de hidrometração era de 60%. Quanto ao esgotamento sanitário a quase totalidade dos domicílios urbanos ligava-se diretamente na rede de águas pluviais, sem qualquer tipo de tratamento. Há metas pactuadas no contrato que prevêem a ampliação da captação, adução e distribuição da água bem como ampliação da coleta e implantação do tratamento e destinação final do esgoto. Além disso, as metas previstas também envolvem substituição de cerca de 30% da rede existente. Foi acordado que as metas seriam cumpridas em etapas, sendo a primeira de 01/01/98 a 31/12/2000.

Quanto à qualidade da água é importante ressaltar que a sub-concessionária já implantou um sistema permanente de controle de qualidade, com laboratório funcionando diariamente. Outro dado importante, pois se reflete diretamente na capacidade de investimento da empresa foi a melhora na arrecadação. O nível de inadimplência média já caiu de 18% para 11% e, nas

regiões de baixa renda, a implantação da tarifa social ocasionou uma queda do nível de inadimplência de 90% para 30%. Em virtude do bom andamento da sub-concessão, o Plano Diretor de Saneamento de Água e Esgotos, concluído recentemente, reviu as metas propostas no contrato de sub-concessão, definindo a antecipação dos investimentos. Assim, a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) que tinha o término de implantação previsto para o fim do ano 2000, deverá estar concluída no 1º semestre do próximo ano, garantindo o tratamento de 20% do esgoto coletado (meta do primeiro triênio). O nível de hidrometração que, ao início era de 60%, já está em 85%, devendo atingir em dezembro próximo a meta de 90% prevista para dezembro de 2000. O programa de substituição e ampliação das redes já permitiu um aumento dos níveis de abastecimento de água – de 53% para 64% – e da coleta de esgotos, de 45% para 53%.

O esquema da Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro

A situação do saneamento básico era extremamente grave e a necessidade de investimentos premente, por ser uma região de veraneio onde a população aumenta quase 200% nos meses de férias. Decidiu-se então, de comum acordo entre o estado e os municípios, conceder os serviços à iniciativa privada. Observe-se que tal negociação ocorreu antes mesmo do estabelecimento de qualquer regulamentação nesse sentido.

Os municípios se dividiram em dois grupos, para cada um dos quais foi realizada uma concorrência. A chamada “Área 1” (Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Búzios) foi concedida à empresa PROLAGOS e a “Área 2” (Araruama, Saquarema e Silva Jardim) concedida à empresa ÁGUAS DE JUTURNAÍBA.

Os municípios não possuem uma grande população residente, sendo que Cabo Frio é o único com mais de 100 mil habitantes. Entretanto, juntos constituem uma população significativa, atrativa em termos de escala de investimento, além do fato de que em época de temporada, a população apresenta grande crescimento.

Cooperativa de Saneamento Ambiental de Praia Grande – COAMBIENTAL

Como a SABESP não tencionava investir na implantação de um sistema de coleta e tratamento de esgotos no bairro, a Associação dos Amigos de Bairro da Praia Grande – UAPAG, em Ubatuba, negociou com a Prefeitura Municipal, e obteve um Termo de Permissão para executar e operar, às suas custas, o referido sistema. O projeto foi aprovado pela SABESP e a Prefeitura, e as fontes de recursos foram oriundas das taxas de serviços, contribuições dos seus associados e das quotas-partes dos cooperados da COAMBIENTAL.

Trata-se de um processo de compatibilização da ótica pública com a ótica privada. O setor público objetiva a universalização e qualidade dos serviços, realização de investimentos, regulação e fiscalização, modicidade das tarifas. O setor privado espera a remuneração do capital, segurança quanto à titularidade, regras claras e arbitragem de conflitos. Embora distintos, os objetivos do setor público e os do setor privado têm um conjunto interseção que deverá ser explorado no processo de desestatização das CESBs, ensejando a participação dos Estados e Municípios.

O ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR SOBRE "TITULARIDADE" – uma possível forma de acelerar os investimentos

Na primeira reunião deste ano (início de fevereiro) do Conselho Nacional de Desestatização – CND, o Presidente Fernando Henrique Cardoso enfatizou a necessidade de serem envidados esforços para se proceder à desestatização do setor de saneamento. Para tal, é de vital importância resolver o quadro de indefinição da questão da titularidade dos serviços de saneamento nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões.

Não há dúvidas, conforme a Constituição, sobre a competência municipal em serviços de saneamento no caso de Municípios que não integrem a região metropolitana, aglomerados urbanos e microrregiões. Entretanto, Estados e Municípios interpretam a titularidade nas áreas mencionadas de forma diferente.

Considerando que um projeto de lei sobre titularidade dispõe sobre responsabilidades de entes distintos da Federação na prestação dos serviços de água e esgoto e, considerando-se que são diversas as soluções práticas adotadas na prestação desses serviços em regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões, o referido projeto de lei poderia ensejar descontentamento de alguma das partes em algum caso específico. Isto poderia vir a gerar ações diretas de inconstitucionalidade e paralisar projetos de investimento em andamento, no caso de tratar-se de uma Lei Ordinária. Essa possibilidade não permite avaliar o tempo que decorreria até uma solução segura para a entrada do setor privado e a retomada do investimento em saneamento. Portanto, uma Lei Ordinária não se afigura como solu-

ção para dirimir dúvidas entre os entes da Federação quanto à titularidade da prestação dos serviços de saneamento, o que só poderá ser solucionado através de uma Lei Complementar.

Por outro lado, ainda não houve um parecer do STF que, pela via do Judiciário, ofereça uma solução à questão da titularidade.

Um caminho para dirimir todas as dúvidas de titularidade seria uma emenda constitucional. Outra hipótese, que já está sendo levada adiante, é a viabilidade de esclarecimento da titularidade mediante lei complementar (federal) à Constituição. A Lei Complementar está fundamentada no artigo 23 da CF/88, posto que seus incisos VI e IX dispõem que proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer das suas formas, bem como promover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, constituem competência comum. O parágrafo único do art. 23 estabelece que "a Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional". Um anteprojeto de Lei Complementar encontra-se em fase de incorporação de sugestões na Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU tendo, no momento, a forma que se encontra no Anexo.

Acredita-se que as indefinições acerca da titularidade dos serviços, além da ausência de estruturas de regulação, tenham atuado como fator de inibição a novas iniciativas privadas, uma vez que o retorno do investimento no setor é considerado atraente em muitas áreas.

A solução via projeto de lei complementar pode ser considerada segura para dar partida a um processo de desestatização efetivo, que teria todo seu arcabouço numa outra lei – a de Diretrizes da União (CF, Art. 21 Inciso XX). Essa lei de diretrizes da União (cujo cerne já está no Projeto de Lei 266/96) também é vital para balizar o relacionamento entre estados e municípios nos processos de desestatização, para que sejam levados a negociarem entre si, bem como para que fiscalizem e regulem a concessão.

Equipe Responsável: AIU/Geset 2

Zilda Maria Ferrão Borsoi – **Gerente Setorial**
Nora Lanari – **Economista**
Marcio Velasque Penido – **Estagiário**

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Estabelece normas de cooperação entre os Entes a Federação no âmbito das competências comuns em matéria de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário e as condições de seu exercício, como disposto no inciso VI e IX e parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem promover a melhoria das condições de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário do país de forma a assegurar a disponibilidade de água potável, a salubridade ambiental e a proteção dos recursos hídricos contra a poluição.

Parágrafo único – O desenvolvimento dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em todo país é uma das condições essenciais para garantir o bem-estar da população brasileira.

Art. 2º – O abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário realizam-se por meio de:

I – Serviços de Produção de Água Potável, envolvendo unidades de captação, estações de bombeamento, adutoras e estações de tratamento de água bruta;

II – Serviços de Distribuição de Água Potável, envolvendo reservatórios, sub-adutoras, estações de bombeamento, redes de distribuição e ramais prediais;

III – Serviços de Coleta de Águas Residuais, envolvendo ramais prediais, redes coletoras, estações elevatórias e coletores-troncos;

IV – Serviços de Afastamento, Tratamento, Reuso e Disposição Final das Águas Residuárias, envolvendo interceptores, estações elevatórias, emissários, estações de tratamento, estações de condicionamento de lodo e instalações de lançamento em corpos receptores.

Art. 3º – A competência para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário será exercida:

I – pelo Município e pelo Distrito Federal, quando se tratar dos serviços descritos nos incisos II e III do art. 2º;

II – pelo Município e pelo Distrito Federal, quando se tratar dos serviços descritos nos incisos I e IV do art. 2º, sempre que os mesmos se destinarem, exclusivamente, ao seu atendimento;

III – pelo Estado, quando se tratar dos serviços descritos nos incisos I e IV do art. 2º, sempre que os mesmos se destinarem ao atendimento a mais de um Município.

§ 1º – Nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas, a competência para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário será exercida em conjunto pelo Estado e pelos Municípios envolvidos, desde que se verifique o compartilhamento de instalações operacionais.

§ 2º – Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a titularidade dos serviços públicos será exercida em conjunto pelo Estado e pelos Municípios envolvidos, através de forma organizacional estabelecida em lei complementar estadual, em que se assegure a participação paritária e proporcional do conjunto de Municípios envolvidos em relação a do estado, considerando-se também par fixar aquela proporção, as respectivas populações.

§ 3º – Na hipótese de Município, integrante de região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião devidamente instituída, não compartilhar instalações operacionais, a titularidade dos serviços públicos será exercida isoladamente por este Município, nos termos desta Lei Complementar.

§ 4º – Os Municípios, no exercício de sua respectiva titularidade dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, poderão agrupar-se, na forma da lei, para planejar, organizar e prestar os referidos serviços, direta ou indiretamente.

Art. 4º – A União estimulará o desenvolvimento técnico, econômico e institucional do setor de saneamento básico do país, coordenando as ações com os demais entes da federação, conforme diretrizes nacionais para o seu desenvolvimento.

§ 1º – A União implantará programas de cooperação técnica destinados à expansão e melhoria dos serviços de saneamento básico, especialmente aqueles relacionados aos processos dos serviços, à capacitação para o exercício das atividades públicas de regulamentação e controle e para implantação de ações compensatórias.

§ 2º – A cooperação financeira federal destinar-se-á, particularmente, ao atendimento do disposto no parágrafo anterior e aos programas de investimentos compensatórios, destinados ao atendimento das demandas das populações mais pobres e regiões menos desenvolvidas do país.

Art. 5º – As concessões e permissões de serviços públicos de saneamento básico existentes e que não atendam aos requisitos estabelecidos na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, como as de caráter precário, as de prazo vencido ou indeterminado, poderão manter-se somente pelo prazo de até dois anos, a contar da publicação da presente lei, conforme dispuser o poder concedente a respeito.

Art. 6º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE CONCEDERAM SERVIÇOS DE SANEAMENTO À INICIATIVA PRIVADA (JUNHO/99)

	Município	População	Consórcio	Operadora Local	Modalidade	Data do Contrato	Início da Operação	Est.	Investim. R\$ Milhões
1	Pereiras	4.850	Novacon	Novacon	Plena	01/09/1994		SP	1,2
2	Limeira	217.489	CBPO, Lyonnaise Des Eaux	Águas de Limeira	Plena	02/06/1995	02/06/1995	SP	110,0
3	Mineiros do Tietê	9.462	Saneciste	Saneciste	Plena	20/07/1995		SP	2,0
4	Birigüi	100.000	Hidrogesp	Aquapérولا	Água – BOT Poço Profundo		01/08/1995	SP	
5	Ribeirão Preto	450.690	CH2M Hill, Rek	Ambient	Esgoto	20/09/1995		SP	45,0
6	Jaú	97.354	Amafi, Multiservice, Tejofran, Resil	Águas de Mandaguahy	Água	24/11/1995	15/10/1998	SP	8,4
7	Jundiaí	288.644	Augusto Velloso, Coveg, Tejofran	Cia Saneamento de Jundiaí	BOT Tratamento de Esgoto	18/01/1996	15/09/1998	SP	30,0
8	Ourinhos	79.148	Telar	Telar Engª	Esgoto	05/02/1996		SP	12,0
9	Ourinhos	79.148	Hidrogesp, Multiservice	Águas de Esmeralda	Subconcessão Água Poço Tubular profundo	16/02/1996	07/09/1996	SP	1,2
10	Itú	112.939	Cavo	Cavo Itu	Esgoto	11/03/1996	15/05/1998	SP	25,0
11	Araçatuba	157.467	Amafi, Multiservice, Tejofran, Resil	Sanear – Saneamento Araçatuba	Esgoto	10/05/1996	01/01/2000	SP	13,0
12	Cajamar	33.707	Multiservice, Rek, Hidrogesp	Águas de Cajamar	Água (Fornec. à SABESP)	23/08/1996	18/09/1997	SP	1,5
13	Campos	350.000	Developer, Queiroz Galvão, Carioca, Cowan	Águas do Paraíba	Plena	16/09/1996		RJ	92,0
14	Tuiuti	3.000	Novacon	Ribeirão do Pântano Empresa Saneamento de Tuiuti	Plena	01/11/1996		SP	0,7
15	Salto	100.000	Saneciste	Saneciste	Tratamento de Esgoto Sistema Contas de Água	01/12/1996		SP	
16	Mairinque	35.000	Villanova e Guaimbê	Ciágua Concessionária de Águas de Mairinque	Plena	27/02/1997	01/05/1997	SP	30,0
17	Paranaguá	110.000	Carioca, Developer, Castilho	Águas de Paranaguá	Plena Subconcessão	06/03/1997	05/05/1997	PR	60,0
18	Petrópolis	240.000	Developer, EIT, Cowan, Queiroz Galvão, Trana	Águas do Imperador	Plena	22/10/1997	01/01/1998	RJ	100,0
19	Niterói	450.000	Carioca, EIT, Developer, Trana, Cowan, Queiroz Galvão	Águas de Niterói	Plena	24/10/1997		RJ	175,0
20	Marília	180.000 (60.000 atendidas)	Hidrogesp, Telar, Infra	Águas de Marília	Água – BOT de Poço, Adutora, Reservatório	05/11/1997	30/12/1998	SP	2,8
21	Araruama, Saquarema, Silva Jardim	200.000	Erco, Cowan, EIT, Queiroz Galvão, Developer	Águas de Juturnaíba	Plena	01/12/1997	16/03/1998	RJ	73,0
22	Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Iguaba, São Pedro da Aldeia	220.000 / 700.000 (Verão)	EPAL, Monteiro Aranha, PLANUP, ERCO, PEM	PróLagos	Plena	25/04/1998	13/07/1998	RJ	230,0
23	Cachoeiro de Itapemirim	153.000	Águia Branca, Cepemar, Hidropart	Águas de Cachoeiro (Citágua)	Plena	14/07/1998		ES	50,0
24	Tucuruí	50.000	Hidrogesp		Plena	15/07/1998	22/04/1999	PA	
25	Jaú	100.000	Primav	Primav	Esgoto	15/11/1998	01/10/2000	SP	15,0
26	Nobres	15.000	Economid Eng.	Empresa de Saneamento de Nobres LTDA	Plena	Fev/99		MS	8,0
27	Rio Branco do Sul	25.000	Tibagi Engenharia	Água Viva Saneamento Básico	Plena	Mar/99		RJ	170,0
28	Nova Friburgo	175.000	Multiservice	Cia. de Águas de Nova Friburgo	Plena	16/06/1999		RJ	12,0